

MEMÓRIA HISTÓRICA DE SÃO SEBASTIÃO (V).

(Continuação).

DA AÇÃO DOS PIRATAS E FORTIFICAÇÕES DA VILA.

Mais providentes do que os governos imperial e republicano, foram sem dúvida alguma, os da antiga Capitania de São Paulo, quanto aos meios empregados para a defesa do litoral paulista, porta aberta a qualquer agressão de inimigos, que, com a máxima facilidade poderão a cada instante efetuar com calma e plena segurança o desembarque de tropas nos mesmos portos, evitando prudentemente o de Santos, único que dispõe de meios de defesa.

Como é sabido, logo após a descoberta do Brasil, tornou-se o Atlântico Sul o mais seguro refúgio dos piratas, cujos navios percorriam-no a miúdo, fugindo à perseguição dos cruzadores ingleses.

Mais tarde, aumentando a navegação, eram os navios mercantes que se viam constantemente ameaçados por êsses celerados dos mares que praticavam horrores, pondo em sobressalto as populações da marinha.

Com o desenvolvimento das Capitánias, mais atrevidos se mostraram êles, infestando as regiões da América do Sul, dificultando a navegação de cabotagem e atacando impiedosamente as embarcações que pretendiam atravessar o Oceano.

E tão audazes se tornaram, que nenhum navio por mais veloz e melhor artilhado que o fôsse, seria capaz de aventurar-se a transpor o Atlântico, contando exclusivamente com os seus próprios recursos.

Foi então que, pretendendo solucionar o terrível problema, resolveu o govêrno proibir tais travessias, quando isoladamente.

Assim foram fixadas pelas autoridades as datas precisas para o empreendimento das viagens, sendo o conhecimento delas levado aos capitães-generais e dêstes aos capitães-mores, prevenindo-os.

Uma vez completada a carga, rumavam os barcos para os pontos de concentração, como fôssem os do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Do Rio, tomado como ponto de partida e protegidos por um navio de guerra, rumavam todos êles, incorporados, dando-se a isso o nome geral de “Comboios”.

Em 19 de novembro de 1654, era publicada a carta de Sua Majestade escrita a D. Jerônimo de Ataíde, Conde de Atoguia, governador e Capitão-general, sôbre não partirem navios dos portos brasileiros sem que fôsem protegidos pelas naus de guerra, em que se lia:

“Conde Amigo. Eu El-Rei vos envio muito saudar como aquelle que amo. Por se ter entendido que nos Portos desse Estado haverá de presente mais de oitenta Navios mercantis para carregarem, os quaes fazendo viagem sós ou acompanhados poderão correr manifesto perigo, em razão das poucas forças que trazem para resistir (aos piratas), que de ordinario infestam essa costa, as ilhas, e mar Oceano e desejando eu evitar o damno, que meus vassallos ficariam recebendo de qualquer desgraça, que suscedese aos seus Navios, podendo vir com bastante segurança comboiados da Armada da Companhia Geral, que a toda a pressa se fica apparelhando, para antes de entrar o anno de 655 fazer viagem, e vos encomendo muito, e mando não consintaes, que da Bahia de Todos os Santos, nem de outro Porto venha Navio algum fora do corpo da mesma Armada e o façaes reter até ella chegar com advertencia que do contrario me não haverei por Servido. Escripita em Almeirim a 19 de Novembro de 1654. Rei. Esta Carta se registrou aqui em 5 de Maio de 1655.

Gonçalo Pinto de Freitas. Esta Carta tornei ao Governador” (1).

Em outubro de 1655, ordenava o mesmo Conde general, em carta escrita da Bahia a 3 de outubro e dirigida ao Provedor e Contador da Fazenda Real, Sebastião Fernandes Corrêa, para

“reedificar a Fortaleza de N. S. do Monserate do Rio da Villa de Santos, para amparo e abrigo dos Navios”

que entrassem no referido pôrto e pudessem ficar

“seguros da invasão do inimigo, e se pôrem nella quatro peças de artilharia”.

Com o máximo cuidado foram desde logo examinados os principais pontos para a defesa, não só do pôrto de Santos como de outras vilas, de onde constantemente chegavam notícias da aproximação ou da passagem de embarcações suspeitas.

(1). — *Documentos Históricas*, vol. XVIII da Série E XVI dos Documentos da Bibliotheca Nacional, pg. 354.

Aos portos de concentração afluíam os navios que precisavam navegar para a Europa, os quais, amparados pelas naus, desfraldavam as velas pelo Oceano em fora.

Entretanto, apesar de tais precauções, nem mesmo assim escapavam ao ataque dos corsários, que os perseguíam por muitos dias, às vêzes conseguindo aprisionar alguns dêles.

O desembarque levado a efeito contra São Vicente em 1591, por Tomás Cavendisch e a ameaça constante contra as demais vilas do litoral paulista, fizeram com que se tornassem urgentes as medidas de defesa postas então em prática.

Já no ano de 1688, recebia o Governador do Rio de Janeiro, uma Carta Régia concebida nos seguintes termos:

“João Furtado de Mendonça. EV El Rey vos envio m.to saudar.

Diogo Arias de Araujo morador na villa de Sanctos da capitania de S. Vicente e Procurador da Coroa, Fazenda e Fisco me deu Conta em Carta de 3 de Mayo deste anno da entrada q. o inim.o Pirata tinha feito naquellas Villas, e ilhas destruindo aos moradores com mortes de alguns, roubandolhes suas fazendas, Encomendouos muyto, q. no cazo que estas Capitánias se veião em algum aperto sem embargo de vos não serem subordinadas lhes acudaes com tudo o q. lhes for necessario. Escritta em Lx.a a 9 de Dez.ro de 1688 — Rey — Para o Gou.or da Cap.nia do Rio de Jan.o — 1a. via”.

A vila de São Sebastião ameaçada por corsários franceses que pretendiam fazer um desembarque, reuniu a gente válida e armando-a, esperou resolutamente os acontecimentos. Êsse ato de bravura e disposição, salvou-a do assalto retirando-se os flibusteiros.

A 17 de novembro de 1710 era expedida outra Carta Régia, ordenando

“soccorros de defeza aos moradores da ilha de S. Sebastião, afim de se evitarem os damnos que lhes fazião os francezes” (2).

A ação dos piratas nas costas da Capitania tornava-se cada vez mais sensível.

Das vilas do sul chegavam pedidos de armas e munições, súplicas para que não lhes tirassem os homens válidos para o serviço militar em Santos, pois nesse caso não teriam quem as defendesse de uma investida.

O simples aparecimento de uma vela alvejando ao longe sôbre as vagas do Oceano, era motivo de sobressalto, pondo as populações em polvorosa.

(2). — *Documentos Interessantes*, vol. 54, pg. 101.

As histórias de piratas eram narradas ao pé do fogo e comentadas por tôda parte, propagando o terror nas populações.

A 5 de setembro de 1710, escrevia Manuel Gomes Barbosa, governador da vila de Santos, à Câmara de Iguape participando o aparecimento de

“cinco navios e hua Balandra, que tentando forçar a barra do Rio de Janeiro, e havendo sido repellidos pelas fortalezas, fazião força de vèlla para o Sul”.

Que se prevenissem, pois, os habitantes das vilas de Cananéia e Iguape e

“puxassem logo pelas Ordenanças dos seus districtos”.

Como diz Young, a notícia da vinda em direção ao sul, causou pânico entre os moradores dessa parte do litoral, como se colige dos livros das Câmaras, que se limitaram a pedir munições.

Um ano depois, em setembro, apelavam as mesmas para que mandassem fortificar as barras, pois a situação se tornava ainda mais crítica, com o pedido de remessa urgente de mantimentos para o Rio de Janeiro, que nessa ocasião estava sendo cercado pelos franceses.

Durante sete longos anos o povo do litoral sul continuou sempre em sobressalto, por causa dos navios que apareciam de vez em quando na barra de Cananéia.

Sucediam-se as correrias.

Em 1722 nova representação da Câmara de Iguape era dirigida ao Governador, alegando estarem as vilas do sul

“sujeitas ao ataque dos piratas”;

e quatro anos depois participava ainda o naufrágio de um desses barcos próximo à barra de Icapara, como havia acontecido já com outro que, carregando

“mais de duzentos mil cruzados de prata, ouro e pesas, — roubados pela costa das Indias de Castella”,

havia também naufragado à entrada da barra de Paranaguá.

Era, como se vê, a grande preocupação dos que habitavam as vilas da marinha.

Em 1733 era ordenado ao Conde de Sarzedas que mandasse fortificar a barra de Santos e em 1734 designavam-se os dias em que as frotas em Comboios deviam partir para Lisboa e que se evitassem

“os perigos dos mares”.

O terror infundido por êsses celerados influira até mesmo na carestia do sal, por

“estarem os mares da Capitania infestados de inimigos”

dizia a Câmara de São Paulo, em uma reclamação dirigida ao Capitão-general em 10 de dezembro de 1796.

Se percorrermos as páginas da História e os numerosos manuscritos ainda hoje conservados em nosso Arquivo, por aí veremos que somente as façanhas por êles praticadas no decurso do século XVIII e princípios do século XIX dariam grossos volumes! E quantos atos de bravura e de heroísmo não revelariam!

*

Apesar dos reiterados pedidos de socôrro, somente a barra de Santos recebeu condignas fortificações.

Para as outras vilas foram remetidos alguns barris de pólvora, espingardas e pequenas peças ou morteiros.

Narra a História o caso interessante da retomada de um barco junto à barra de Cananéia, fato êsse levado a efeito pelo Capitão-mor das Ordenanças daquela vila.

Estava a referida embarcação fundeada fora da barra quando foi avistada por um corsário, que permanecia junto à ilha do Bom Abrigo.

Deitando ao mar grandes lanchões armados, para ela dirigiram-se os piratas, o que motivou a fuga precipitada dos seus tripulantes.

Sabedor do acontecido, foi então que o Capitão-mor, sem perda de tempo, organizou algumas balsas, guarnecendo-as com soldados da Companhia, levando além das espingardas um pequeno morteiro de que dispunha e não possuindo outros meios mais seguros, idealizou a moderna *camouflage*, “artilhando” as improvisadas embarcações com troncos de bananeiras. . .

Apenas o morteiro “falava”. Mas, enquanto isso, os assaltantes, avistando a grossa e farta “artilharia”, nem ao menos procuraram defender-se e abandonando a prêsa regressaram rapidamente ao navio que logo após, deixava o ancoradouro, desaparecendo no horizonte. . .

*

Em 1767, entretanto, já se preocupavam os capitães-generais, mais sèriamente, com a defesa do litoral paulista.

Em carta dirigida em 3 de janeiro de 1767, dizia o governador da Capitania de São Paulo:

Ill.mo e Ex.mo Snr.: — Em S. Sebastião tenho dado principio ás Fortificações das Barras, já se está trabalhando em um dos quatro Fortes que deve ter aquelle Porto nas pontas do cannal que aly forma a Ilha com a terra firme, mas da parte do Norte hé tão largo que não pode cruzar a Artelharia, hade ficar um forte na ponta da Ilha aonde os Navios são obrigados a passar mais perto, porque da parte da terra hé bayxo, o outro deve ficar junto á Villa e da parte do Sul que hé mais estreito, ambos defronte.

Eu intentei formar hum delles sobre o bayxo no meyo do mar, mas por mais deligencia que tenho feito por repetidas experiencias, e por diferentes pessoas que tenho instruido, e mandado a este fim não o posso conseguir, porque a corrente hé aly tão violenta, que na mesma hora arranca as estacas que se plantão, leva os materiaes que se lanção e não deixa parar as canoas sem evidente perigo.

Deos Guarde a V. Ex.a São Paulo, 3 de Janeiro de 1767. D. Luiz Antonio de Souza (3).

*

A independência das províncias do Rio da Prata levou a Espanha a perseverar em reconquistá-las, para o que procurou o govêrno de Fernando VII recorrer à França, que a socorreu com um exército sob o comando do duque de Angoulême, hostilizando o Reino Unido de Portugal, a que emprestava grandes responsabilidades no movimento separatista de suas antigas colônias da América.

Foi então que no Brasil, como diz Machado de Oliveira, adotaram-se adequadas medidas de prevenção contra supostos acoimetimentos por parte da mesma nação e São Paulo

“reassumindo arreganho militar poz-se em attitude de reprimir invasões que acaso lhe viessem pelo litoral”,

cuja extensão foi dividida em quatro secções ou divisões militares, três das quais, contendo o território que vai do mar à Cordilheira Marítima, tinham comandantes especiais e officiaes para os auxiliarem, responsabilizando-se cada um dêles pela defesa e segurança do litoral que correspondia ao seu comando e para o que devia mantê-lo fortificado, atalaiado e com uma guarnição disponível para occorrer a qualquer eventualidade.

“A primeira divisão, que comprehendia o litoral desde São Sebastião até aos limites com o Rio de Janeiro, e o territorio do interior que lhe era correspondente, teve por chefe o marechal Arouche, que assentou seu quartel general em, Villa Bella. O commando da segunda, que de-

corria de São Sebastião a São Vicente, com o territorio intermediario a este litoral e á serra de Paranapiacaba, foi commettido ao coronel Muller, que tomou sua residencia em Santos; e encarregou-se do da terceira, que foi designada de São Vicente para o Sul, o marechal Candido Xavier, que tomou posição central em Cananéa.

O governador Oeynhausien impôz-se o privativo commando da quarta divisão, que abrangia o territorio decorrido da Cordilheira-Maritima aos confins da provincia, a bem de occorrer com medidas promptas a qualquer das divisões do littoral que dependesse dellas” (4).

Em junho de 1819 dirigia-se o ministro da Guerra ao Governador da Capitania de São Paulo, Capitão-general João Carlos Augusto Oeynhausien, nos seguintes termos:

“Sendo necessario dispor as fortificações e pôr em estado de defeza a Villa de São Sebastião e toda aquella Enseada que offerece ancoradouro e facil desembarque para terra, assim como a Villa Bella da Princeza, foi El-Rei Nosso Servido encarregar desta commissão o Sargento-mór de Artilharia Maximiliano Augusto Penedo, que daqui deve partir mui brevemente para aquelle destino, e para igualmente tomar o governo interino da sobre dita Villa de S. Sebastião até que ali chegue e tome posse o novo Governador que já está nomeado para a mesma Villa.

Pelas copias inclusas dos Avisos que Sua Magestade mandou expedir nesta data, e na de 18, ao referido Sargento-mór, ficará V. Sa. inteirado do que o Mesmo Augusto Senhor tem determinado a este respeito, e em consequencia, para que as Reaes Ordens tenham completa execução V. S. pela parte que lhe toca expedirá aquellas que dahí forem precisas, facilitando ao Sargento-mór Penedo os meios, e o que lhe possa ser necessarios, para o desempenho da sua commissão. Deos Guarde V. Sa. Palacio do Rio de Janeiro, 15 de Junho de 1819. Thomaz Ant.º de Villanova Portugal”.

*

Pelo referido Aviso era o Sargento-mor nomeado governador interino da Vila e encarregado da defesa da mesma, comunicando-se-lhe ainda que Sua Magestade havia

“igualmente servido encarregar o Capitão de Engenheiros Francisco Pedro Arbues Moreira, do reconhecimento da sobredita Villa de São Sebastião, de Villa Bella da Princeza e de toda aquella Costa, assim como das Vilas de Pernaguá, S. Francisco etc., para determinar os pontos mais defensaveis e interessantes que se deviam fortificar, e dirigir o plano dessas obras de baixo de hum

(4). — Machado de Oliveira, *Quadro Histórico da Provincia de São Paulo*.

systema Geral, e que fosse mais proprio e conveniente; e portanto devendo elle partir na mesma occasião em que V. M.ce hade seguir para São Sebastião hé da Vontade de Sua Magestade, que V. M.ce ali lhe facilite os meios de que possa dispor, e elle precisar e lhe requerer para a sua Commissão, e determinação das Fortificaçoens que deverem fazer, ou reparar, procedendo a este respeito em tudo de accordo com elle, como exige o bem do Real Serviço, e desempenho desta diligencia”.

“Semelhantemente tenho de participar a V. M.ce que parecendo a Sua Magestade conveniente, que alem da Artilharia, que Manda remetter para São Sebastião á ordem de V. M.ce, com as competentes Muniçoens, se enviasse também algum armamento para a Tropa e Polvora de Sobresellente, se expedirão já as ordens necessarias á Junta da Fazenda do Arsenal para as embarcarem na mesma occasião, e serem entregues a V. M.ce quatro centas Espingardas com bayonetas, quatrocentos Traçados, e quarenta Barris de Polvora, assim como o correame que daqui puder mandar-se agora para este Armamento huma porção de Bala do mesmo adarme das espingardas, indo alguma já encartuxada, e pederneiras. Deste Armamento V. M.ce fornecerá a porção que julgar conveniente, e precisa a Villa Bella da Princeza, fazendo-a entregar ao seu commandante, e fará ter, o que ficar em São Sebastião, em conveniente arrecadação e asseio, para servir, e armar a Tropa quando for Necessario; os reparos para a Artilharia talvez se poderão ali fazer, indo daqui a ferragem, e V. M.ce dará conta do que occorrer a este respeito. — Deus Guarde a V. M.ce. Paço em 18 de Junho de 1819. — Thomaz Antonio de Villanova Portugal” (5).

Por outro officio de 15 de junho, era remetida ao mesmo Sargento-mor outra cópia de um novo Aviso Régio, ordenando-lhe que partisse para São Sebastião “o mais breve possível” e que do Arsenal Real do Exército se fariam embarcar para a mesma Vila, 12 peças de ferro, calibre 12 e 2 de calibre 9, com as competentes munições, além de oito soldados artilheiros e um sargento da Companhia de Artilharia de Portugal.

*

Como acabamos de ver, dois foram os chefes encarregados da defesa das costas do litoral norte: o sargento-mor Maximiliano Augusto Penedo, que ocupou o lugar de Governador interino da vila de São Sebastião e seu distrito, bem como de Vila Bela e costas adjacentes e o capitão Francisco Pedro Arbues Moreira, engenheiro, a quem competia o estudo dos pontos adequados e dos planos das fortificações.

(5). — Arquivo do Estado, livro 164 de Avisos do Ministério da Guerra.

Em 22 de junho do mesmo ano, era comunicada ao Governador Oeynhausen,

“a escolha feita por Sua Magestade, do coronel Afonso Furtado de Mendonça, para ir ao mesmo tempo inspeccionar os sobreditos lugares e todas as povoações e Villas das Costas”,

devendo depois disso informar

“exactamente todas as suas circumstancias”.

*

A 13 de julho participava Penedo haver chegado à Vila de São Sebastião e ter dado início aos seus trabalhos, porém somente a 2 de agosto tomava posse do cargo de Governador interino.

Que as munições e armamentos, bem como os 8 soldados de artilharia, embarcados no Rio no dia 7 desse mês, em

“hum Bergantim Inglez haviam chegado alli no dia 11”.

Bem copiosa era a relação desse material bélico, que a título de curiosidade transcrevemos:

Copia das Peças e mais effeitos:

Peças de ferro para Calibre — 12 — dez ..	10 Peças
Dittas — ditto para ditto — 9 — duas	2 Dittas
Ballas razas — ditto — 24 — quarenta	40 Ballas
Dittas — ditto — ditto — 12 — mil seiscentas	1.600 Dittas
Ditta — ditto — ditto — 9 — duzentas	200 dittas
Piramides — ditto — 12 — duzentas	200 dittas
Ditta — ditto — 9 — cem	} Em 53 Caixotes
Lanternetas — ditto — 12 — duzentas	
Dittas — ditto — 9 — cem	
Ballas de Mosquetaria da citada Arma 17, em settenta e sette	
Cunhetes — duzentas e sessenta e nove arrobadas	269 Arrobas
Cartuxos emballados de mosquetaria, em cincoenta	
Caixões — trinta e cinco mil	35.000 Cartuxos
vinte barris de duas arrobas cada hum .	
Polvora fina da Real Fabrica de Lisbôa — Ditta grossa da mesma Fabrica — vinte barris de seis arrobas cada hum	20 Barris
Soquetes com lanadas do Calibre 12 — dez .	20 Dittos
Dittos — ditto — ditto 9 — dois	2 Dittos
Cachorras com sacatrapos ditto 12 — cinco .	5 Cachorras
Ditto — ditto — ditto 9 — hua	1 ditto
Caixas de espoleta com correia — doze	12 Caixas

Páos de botafogo para murrão — doze	12 Páos
Dittos ditto — para Vellas — doze	12 Dittos
Aguihas — doze Jogos a 3 cada jogo	12 Jogos
Guarda Cartuxos de Solla para Calibre 12 — doze	12 Guarda cartuxos
Ditto — ditto — ditto 9 — dois	2 Dittos
Facas Flamengas — seis	6 Facas
Martellos — seis	6 Martellos
Pez de cabra — dois	2 Péz de cabras
Trancas de Murrão enxofradas — Cem	100 Trancas
Murrão de Guaxima — quatro arrobas	4 Arrobas
Vellas de Composição — duzentas e vinte ..	220 Vellas
Espoletas de papel carregadas — quatro mil e quinhentas	4.500 Espoletas
Linha graduada — huma	1 Linha
Travadeira — huma	1 Travadeira
Paz de ferro — vinte e quatro	24 Paz
Papel ordinario — seis resmas	6 Resmas
Picaretas — vinte e tres	23 Picaretas
Facas cabo de pezo — seis	6 Facas
Enxadas — vinte e quatro	24 Enxadas
Alvioens — quatro	4 Alvioens
Alabancas — quatro	4 Alabancas
Machados — quatro	4 Machados
Fouces roçadeiras — quatro	4 Fouces
Serras braçaes — duas	2 Serras
Serrotos de traçar — dois	2 Serrotos
Limas — doze	12 Limas

Tudo Assima em seis Caixoens.

Espingardas com baionetas em vinte Cai-
xoens — quatrocentas 400 Espingardas

Bainhas de baionetas — Cem	} Em 1 caixão
Patronas de Infantaria — Cem	
Cartuxeiras de ditto de folha	
Bandoleiras de ditto com fivellas — Cem ..	

Correias de Patronas — Cem	} Em 2 caixoens
Espadas de Artilharia novas — cincoenta .	
Talabartes de Infantaria — Cem	
Dittas — dittas usadas — cincoenta e cinco .	
Traçados de Infantaria novos — vinte e nove	
Dittos — ditto usados — Cem	

Pederneiras em hum barril — tres mil ... 3.000 Pederneiras (6).

*

Além das peças assinaladas na presente relação, comunicava
ainda o Sargento-mor Maximiliano Penedo, em 31 de outubro, ha-

ver recebido mais duas de calibre 3 e 4, que, com as recebidas anteriormente, perfaziam o total de 14.

Não eram essas somente as bôcas de fogo existentes para a defesa das duas vilas, pois nessa relação enviada pelo capitão Silvestre Ferreira Nobre, em 17 de agosto de 1809, já constava existirem em São Sebastião 2 peças de calibre 12 e mais 2 de calibre 6, além de 79 balas, 100 armas diversas e 1556 balas de mosquetaria.

Outro documento referente ao assunto, é ainda o ofício de Armando Gomes Pereira da Silva, de 3 de maio de 1799, dirigido ao Governador, em que participava a chegada a São Sebastião do Sargento de Artilharia Antônio Olinto, acompanhado de 1 cabo e 20 praças e o recebimento, nessa data,

de "*duas peças de campanha, armamento e pólvora*".

*

Ainda a 23 de julho, acusava ao Governador as ordens recebidas, informando-o das providências tomadas e dos trabalhos já realizados na própria vila de São Sebastião.

No dia 28 de agosto de 1819 era o capitão-mor de Vila Bela, Julião de Moura Negrão, que se dirigia ao Capitão-general, avisando-o da comunicação que lhe fizera o governador da vila de São Sebastião, de estar por sua vez fortificando-a e que depois disso iria fazer o mesmo naquela. Ao mesmo tempo acusava haver recebido algumas espingardas para qualquer serviço de emergência.

Profusa é a correspondência trocada sobre o importante assunto.

Em 23 de setembro participava o sargento-mor Maximiliano Penedo ao Governador Oeynhausens as providências tomadas quanto à defesa da vila e às fortificações que estavam prontas, distribuição de espadas, número de soldados de que dispunha, sua distribuição em três postos e instrução militar aos mesmos dispensados.

Por sua vez acusava o capitão-mor de Vila Bela ter recebido um ofício do referido Governador pelo qual lhe era ordenado que preparasse a casa da pólvora e as fortificações, a que, aliás, já havia dado começo.

A 5 de outubro, finalmente, dirigia-se o Capitão Francisco Arbues Moreira ao general Oeynhausens, comunicando-lhe estarem prontos os cinco fortes mandados construir para a defesa de São Sebastião e Vila Bela, e bem assim solicitando informações sobre o modo pelo qual devia requerer o pagamento das despesas.

Que nessa data partiria para Ubatuba, onde o levava a mesma incumbência.

A 31 do referido mês escrevia o capitão de Vila Bela, noticiando a chegada ali do mesmo oficial que, segundo afirmava, dera início à construção de dois fortes, situados

“nas Larras do norte e sul”,

que formam as respectivas entradas para o canal.

*

Esse fato é confirmado pelo próprio Capitão Francisco Pedro Arbues Moreira, em ofício escrito ao Governador da Capitania em 10 de outubro, dando parte de sua viagem a êsse ponto e de haver iniciado “imediatamente” as obras de defesa.

As fortificações obedeciam a um plano geral, abrangendo a ilha de São Sebastião, para defesa das duas vilas e como dizia o Governador em ofício de 12 de agosto, haviam sido assentadas, uma

“na ponta da Sepituba, fronteira á ponta do Rabo Azedo; e igualmente huma Bateria na praia da Villa, distribuindo-se para estes fortes 13 peças, que são: no primeiro ponto 5, no segundo, terceiro e quarto, 2 em cada e na Bateria 2”.

Eram mais importantes os da Ponta do Rabo Azedo, a leste e das Feiticeiras, ao sul, que defendiam as entradas do canal.

Em 1822, continuando Vila Bela receiosa dos piratas e exigindo providências para evitá-los, reclamavam os sebastianenses contra isso, achando que esta e não aquela vila, era que devia receber novos auxílios, porque em caso de perigo, deviam êles transpor o mar, refugiando-se no Continente.

A isso respondia o Capitão-mor de Vila Bela, Julião de Moura Negrão, em ofício aos membros do Govêrno Provisório, com estas razões, aliás justíssimas:

“Em data de 21 de Fevereiro do corrente anno tive a honra de supplicar a V. Ex.as algumas providencias, que me parecem indispensaveis e convenientes para a defeza da Villa Bella da Princeza, de que sou G.or comprometendo-me, tendo lugar as m.mas providencias a fazer huma Bateria de pedra, segundo o meu entender, tendo em vista as fortificações, que actualmente existem na dita Villa, e na Villa fronteira de S. Sebastião.

V. Ex.as Dignarão-se responder-me, que acecitavão o meu offerecimento, sendo a Bateria feita segundo o plano, que ser-me-hia entregue pelo Sr. Cor.el Daniel Pedro Muler; e não defferidos os outros da m.ma supplica. Porém Ill.mos e Ex.mos Snr.s, o meu patriotismo impelle-me a expender os motivos em que fundei a mencionada supplica.

Em primeiro lugar, tive em vista a defeza daquelle Paiz, e a segurança das pessoas, e bens dos seus habitantes. Actualmente existem as mesmas cauzas, que motivaram ser a dita V.a Bella da Princeza desmembrada, e inteiramente separada da dependencia da Villa fronteira de S. Sebastião, criando-se naquella Justiças, Cap.mor Vigr.o, e Governador.

As ditas Villas são separadas pela natureza por hum braço de mar, que em occasiões de temporais faz impraticavel toda a communicação por seis, oito, e mais dias, e em semelhantes epochas ainda mais impraticavel seria qualquer auxilio, ou soccorro: e alem disto, a Villa Bella he quem domina os mares de huma, e outra Villa, por passar o canal unido ao seu solo desde a Barra do Norte até a Barra do Sul; e a V.a de S. Seb.m apresenta hum extenço baixio sufficiente para impedir qualquer desembarque sem anticipadas precauções, aprestos necessarios, e segurança de bom tempo: accrescendo a opinião geral, que invadida, e apossada a V.a Bella, subjugada fica a V.a de S. Sebastião pela vantagem daquelle ponto, onde pode o inimigo conservar-se e fazer-se formidavel.

He verdade, que em tempos remotos já houve quem se lembrasse, que em caso de ataque os habitantes da V.a Bella devião abandonar as suas propriedades, e os seus lares, e fugirem para a V.a de S. Seb.m; mas isto alem de ser baixeza, e cobardia, jamais se poderia verificar em hum repente, á face de huma esquadra invasora, e a mercê dos ventos, e dos mares, sem embarcações de transportes, e de protecção, e em hum semelhante aperto, e total desesperação a V.a Bella tambem tem brenhas e certões p.a nelles abrigarem-se os seus habitantes com muito mais vantagem, e segurança, do que a precaria navegação para o continente.

Nestas circunstancias parece-me ser muito conveniente o tomarem-se todas as possiveis medidas para a defeza da dita Villa Bella, permanecendo nella huma força Militar, e hum corpo de Milicias com o seu Chefe para laborarem debaixo das ordens deste governo, e immediatas do Governador da Terra, sem que jamais se reuna o governo da dita V.a ao da V.a de S. Sebastião, excepto em huma Patente General, que então deverá existir na dita Villa Bella.

Eu fallo com a esperiencia, levado do meu zelo. Sirvo a cincoenta annos ao Estado nos empregos civis, na Tropa de Linha, e por mais de doze sou governador da dita Villa com carta Patente, sem soldo ou vencimento algum: tenho gasto parte do meu patrimonio no serviço do mesmo Estado; fiz á minha custa a Cadea da Camara, e muitas outras obras naquella Villa, como he publico, e notorio, e, pela m.a avansada idade, a molestia, hoje só anhele a minha reforma, cujo requerimento, com beneplacito de V. Ex.as, se acha affecto á S. A. R.

Com tudo, se tiverem lugar as providencias, que requeiro, e tenho supplicado, de bom grado, sem me tornar

responsavel pela ultimação, emprehenderei a factura da Bateria, segundo o plano de que for dado.

Tenho de mais a accrescentar, que desejando coopear para o comodo, e tranquillidade dos habitantes da referida Villa Bella da Princeza hum dos motivos para comprometer-me em data de 21 de Fever.o á factura da predicta Bateria á m.a custa, foi o ter deixado ao Povo da m.ma Villa exasperado na occasião, em que retirei-me para esta Cidade, por haver pedido o Comd.e Militar da Villa de S. Sebastião ao Cap.m encarregado do governo, em meu lugar, gente, e canoas para serem empregadas nas fortificações daquella Villa, em cuja execução om.o Povo teria grande detrimento, quando nesta em que vivem não havia providencias algumas de defeza.

A' vista do exposto estou persuadido, que nenhum habitante da Villa Bella repugnará, que se tire a necessaria pedra, para a predita Bateria dentro de suas terras, principalmente por ser material de nenhum valor naquelle Paiz, porem como pode apparecer algum seductor, inimigo da cauza publica, e intrigante, dezejo ser auctorisado por este Governo para tirar a pedra, que for mister, aonde houver, e mais comodo for.

Finalmente as minhas molestias me não permitem o exercicio dos meus empregos, e por isso supplico a V. Ex.as agraca de me haverem por ixento, em quanto me não restabeleço: e igualmente de mandarem para a dita V.a Bella hum Official de prohibidade e conceito, encarregado do Governo, defeza, e Policia do Paiz, ficando o Official das Ordenanças á quem competir encumbido das funções de Cap.mor.

Deos guarde a V. Ex.as m.tos annos. S. Paulo 25 d'Abril de 1822" (7).

*

Dessa maneira preparavam-se as vilas do litoral norte para qualquer eventualidade, bem assim as do sul, principalmente Cananéia, onde à entrada da barra (na extremidade sul da Ilha Comprida) fôra construído um forte com 6 peças de artilharia.

*

Os anos que se seguiram a êsses acontecimentos foram de grandes apreensões para os habitantes das vilas do litoral porque, com a guerra da Cisplatina, numerosos barcos armados zarparam de Buenos Aires para os costas do Brasil, empregando-se na guerra de corso, dificultando o comércio, atacando vilas, aprisionando navios mercantes brasileiros, roubando-os, incendiando-os ou lançando-os às praias.

Dêsses atentados não escapavam nem mesmo as embarcações comboiadas por navios de guerra nacionais, muitas das quais, procuravam refúgio à sombra das baterias de Vila Bela e São Sebastião.

Multiplicavam-se os atos de pirataria.

A 18 de novembro de 1826 eram as populações dessas vilas surpreendidas com o inopinado ataque da escuna de guerra *Sarandy*, ao mando do próprio almirante Guilherme Brown e de um brigue de transporte, que abriam fogo contra o forte do Rabo Azedo, o qual, apesar de sua pequena guarnição e quase desprovido de recursos bélicos, resistiu galhardamente, obrigando-os à retirada.

Para os navios mercantes nacionais já era perigosíssima até mesmo a pequena travessia entre os portos de Santos e Rio de Janeiro.

No ano de 1827 mais sérias ainda se tornaram as investidas dos flibusteiros. Vários dêsses navios corsários patrulhavam as costas da Província, pondo em sobressalto as populações litorâneas.

Em maio dêsse ano grande era o número de embarcações nacionais encurraladas no canal de São Sebastião, impossibilitadas de proseguirem sua derrota para o norte, o que levou os mestres e donos a requererem ao Govêrno para que um "combôio" que estava a partir de Santos para o Rio de Janeiro navegasse para aquêle canal a fim de que pudessem ao mesmo incorporar-se.

Ao pôrto de São Sebastião constantemente chegavam prisioneiros de outras embarcações, que eram aí lançados em pequenas lanchas.

Dias antes era o bergantim "Pujante" aprisionado, roubado e finalmente incendiado.

Agora era o comandante de uma escuna corsária, que se dispunha a varejar o canal, o que na verdade levou a efeito.

Em 26 de junho fôra aprisionada na altura da ilha do Castilho, perto de Cananéia, a escuna "Isabel", da marinha de guerra brasileira, sendo os seus tripulantes desembarcados em São Sebastião.

A 7 de julho, finalmente, era a escuna que realizava a ameaça de invadir o canal, indo ancorar defronte do sítio do Poço, fora do alcance das baterias do Rabo Azedo.

Levado o fato ao conhecimento do tenente de artilharia Antônio de Almeida, que o comandava, por ordem do cel. Lopo da Cunha, deixou êle o referido forte pelas 11 horas da manhã do mesmo dia, levando apenas um sargento, um cabo, três soldados de linha da guarnição do forte, além de mais um cabo e catorze soldados de milícia, partindo para o lugar indicado.

Nessa noite, porém, não puderam desembarcar no Poço por clarear o dia, deixaram as canoas na Fome continuando a marcha

por terra, para a Fazenda do sargento-mor Bento Francisco, atravessando com mil dificuldades a mata virgêm existente entre o Limo Verde e o Poço.

Com grande trabalho aproximaram-se da casa onde foram ter do meio dia para uma hora da tarde.

Já os escravos se haviam refugiado nas matas. Entrincheirada a pequenina fôrça na própria casa, aí aguardaram o inimigo que não tardou.

Eram já de 3 para 4 horas da tarde, quando a sentinela que ficara na praia avisava-os de um desembarque. Houve disposição da gente.

Logo que a lancha de bordo, rumando para a terra chegava às imediações da praia, rompeu o fogo dos mosquetões, tombando logo sôbre as águas os corpos de dez dos assaltantes. Apenas dois, que se haviam atirado ao mar, nadando para fora, lograram alcançar a escuna, enquanto que a lancha, desgovernada, ficava a rodar, sendo depois levada pelas correntes.

Foi então que, suspendendo ferros, aproximou-se o corsário, bombardeando a Fazenda, enquanto os sebastianenses se retiravam pela mata.

Desembarcando novos elementos protegidos pela artilharia, foram êstes incendiar a casa mais próxima, retirando-se em seguida para bordo da escuna, que imediatamente se pôs ao largo...

A 13 de julho era dado sinal de alarma na vila, pelo comandante da Praça, coronel Lopo da Cunha d'Eça e Costa, que a seguir participava ao Governo:

“os inimigos velejão sobre as aguas da Costa, mas conte V. Exa. com a minha actividade e vigilancia na defeza deste Porto e descanse, que enquanto tiver polvora, ballas e homens, sempre tremulará aqui a Bandeira Imperial e os Corsarios de Buenos-Aires soffrerão as feridas que os sebastianistas protestão fazer-lhes”.

Era a firmeza bandeirante que não temia o inimigo, embora cem vêzes mais valente e audaz. Era o

“arreganho militar dos paulistas” na phrase de Machado de Oliveira — contra as possiveis investidas estrangeiras”.

*

Ainda em janeiro de 1827 eram desembarcadas em Vila Bela mais 6 peças de calibre 18.

E uma vez concluído o sistema de fortificações para a defesa das duas vilas, ficaram estas assim distribuídas e guarnecidas:

São Sebastião

Destacamento de artr.a da 1a. linha do Exer- cito da Corte	15	homens
Forte da villa	52	”
Ponta do Araçá	22	”
Santa Cruz	7	”
Sepetiba	8	”
Registro do Bairro	4	”
Registro da Ponte	4	”

Villa Bella

Forte da Villa	43
Rabo Azedo	31
Ponta das Feiticeiras	16

202 (8).

Além disso foi iniciada a construção de outro forte, na Ponta das Canas, que não chegou a ser concluído por falta de recursos.

*

Havendo o Conselho do governo deliberado em sessão de 11 de abril de 1831 que se mandasse vender em hasta pública o armamento imprestável que se encontrasse em São Sebastião, recolhendo-se para Santos o que estivesse em bom estado, porque dessa sorte se tornaria desnecessária a permanência do destacamento de 2a. linha na mesma vila, tal medida levou a Câmara a reunir-se no dia 6 de junho desse ano e protestar contra semelhante resolução, alegando os graves perigos para a defesa da vila e de seus habitantes, a permanência de um porto sem fortificação alguma e entre outros fatos, destacava:

“Quando a Cisplatina nos fez a guerra e bateo este Porto, se não houvessem huns restos de munições arruinadas de certo contaria Victoria; porem os habitantes desta Villa correrão á defeza e o Forte do Rabo Azedo fez vigoroso fogo e o inimigo retrocedeo. Se o Governo da Provincia tivesse mandado fazer os reparos requisitados pelo Commandante Militar, antes d’aquella época e a artilharia não desmontasse por arruinada, Brown talvez ficasse prisioneiro.

“Havemos agora ficar exposto á soffrer qualquer insulto em hum Porto de barras francas?

A Camara ainda se recorda, que em 1805 mais ou menos, hum vazo Inglez, desembarcou força armada dentro desta Villa pedindo ao Capm.mór que lhe mandasse entregar dois ou tres marujos que lhe havião fugido: isto não aconteceria se tivessem respeito a povoação”.

*

De uma longa relação do material de guerra e sua qualidade, existente ainda em São Sebastião no ano de 1830, constavam muitos barris de pólvora, balas, armas brancas, milhares de cartuchos, espingardas e sobretudo 2 peças de artilharia de calibre 24; seis de calibre 18; dezoito de calibre 12; três de calibre 9; uma de calibre 4; uma de calibre 3, tôdas elas montadas.

Desmontadas e incapazes: uma de calibre 12 e quatro de calibre 1.

O total, como se verifica, era então de 36 peças.

Além disso, existiam mais 138 espadas com bainhas de ferro; 219 com bainhas de couro; 2.700 espoletas carregadas; 803 espingardas, o que perfeitamente prova a importância do pôrto e o carinho com que se tratava, nessa época, de fortificá-lo para defesa e segurança da própria Província.

*

Ao pedido da Câmara, deixou o govêrno de atender, abandonando as fortificações e recolhendo o destacamento da 2a. linha do exército que ali havia permanecido.

Cessou a voz dos canhões naquelas paragens a não ser para as salvas de estilo, em dias festivos ou à passagem das procissões.

E hoje, como recordação dos velhos tempos, por ali ainda se encontram sôbre as areias das praias, para sempre adormecidas, as memoráveis peças, despertando aos olhos do observador a lembrança dos tempos idos, quando os brigues flibusteiros desfraldando o negro pavilhão no tope dos mastarêus, velejavam ameaçadoramente próximo às entradas das barras e o sino do quartel, tocando a rebate, colocava em alvorôço a população das legendárias vilas.

*

* *

FAZENDA DE GAECÁ.

Entre as numerosas e mais importantes propriedades agrícolas do município de São Sebastião, destacava-se outrora a grande fazenda de Gaecá ou Guaicá, como querem outros, tristemente célebre pelas ocorrências aí verificadas no ano de 1864.

Do seu antigo esplendor contam os relatórios recolhidos ao nosso Arquivo Público, como é fácil de verificar-se.

No ano de 1835, segundo afirmava o Juiz Municipal João Martins d'Val, baseado nas informações do alferes José Betancourt, me-

dia a referida propriedade três mil e quatrocentas braças de frente ou testada, sendo as suas terras muito boas ao centro e inferiores nòs extremos tanto para o norte como para o sul.

Nesse ano, além de numerosa escravatura, possuía ainda a Capela de Nossa Senhora da Luz, a grande casa da comunidade com várias salas e armazéns; casa e

“hum engenho bem construido, de fabricar agoardente, com dous alambiques, tres carros e todos os mais pertences, que foram então avaliados por dous contos de reis; huma propriedade de casa, com olaria de fazer telha, contendo dous fornos, por duzentos mil reis; huma propriedade de casa, com fabrica de fazer farinha, contendo huma roda movida a agoa, tambem no valor de duzentos mil reis”.

Além disso, existiam vários ranchos cobertos de telhas, muitas canoas grandes, gado, etc.

A Capela de Nossa Senhora possuía boas alfaias, objetos de ouro e prata e paramentos diversos, bem como várias imagens, entre as quais se destacavam as da Santa Padroeira e outra do Senhor Crucificado.

Para que possamos melhor compreender o seu alto preço é bastante dizer que apesar do valor irrisório dado a cada um dos móveis, imóveis e semoventes, atingiu dita avaliação a importância de 29:070\$000, precisando notar-se que na mesma não está computado o valor das terras, mas tão somente dos prédios.

E para que pudesse alcançar êsse total era a Capela de Nossa Senhora calculada em duzentos mil réis; treze cabeças de gado em duzentos e sessenta mil réis e assim por diante.

Segundo um manuscrito de Frei Antônio Inácio do Coração de Jesus e Melo, Prior do Convento do Carmo, em Santos,

“as terras da Fazenda Gaecá as possuímos, diz elle, por cartas de datas, huma passada por Gaspar Conqueiro, Ouvidor com alçada e loco-tenente do Snr. Lopo de Souza, Cap.am e G.or por ElRei — em 2 de Maio de 1680 — e outra passada pelo Conde de Monsanto, donatario perpetuo naquella éra”.

Tendo algumas pessoas requerido ao Juiz certa parte da fazenda, alegando que os Religiosos a haviam dado a seus antepassados,

“desde a ponta do buraco do bicho até á Cruz”,
contra isso imediatamente protestou o Prior, frei Antônio Inácio, dizendo

“ser falso porque esses miseraveis que maliciosamente requererão o buraco chamado — do bicho — na-

da tem nessa Fazenda e unicamente lhes foi concedido em outros tempos ali viverem por esmola, enquanto quizessemos”.

E conclua:

“A velhacada desses miseráveis hé bem palpavel, quando dizem que os padres lhes doarão o dito lugar, como se nós pudéssemos fazer doações dos bens da corporação”.

*

Como vimos em outro capítulo, a referida Fazenda possuia no ano de 1811 oitenta e quatro escravos; e noventa na ocasião em que foi inventariada.

A 3 de dezembro de 1864 insurgiram-se os escravos da Fazenda, que pertencia ao convento do Carmo, assassinando o administrador Teixeira Andorinha e produzindo ferimentos na pessoa do camarada Pedro Vitório de Oliveira.

Era o mesmo atentado dirigido também contra o Prior, Frei Manuel de São Vicente Ferrer, que milagrosamente pôde escapar, internando-se na mata, onde depois foi encontrado pelo delegado de polícia, que, sem demora, havia partido para o lugar da sublevação, acompanhado da força de que, na ocasião, pôde dispor.

Aí chegando, conseguiu a autoridade refrear o movimento, fazendo prender todos os escravos revoltados e pôr a ferros os chefes principais.

Instaurou-se o competente processo, sendo pronunciados quatro dêles.

(Continua no próximo número).

ANTÔNIO PAULINO DE ALMEIDA
da Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo.